

CNBB quer religião em horário normal

Entidade julga improdutivo obrigar alunos e professores a fazer hora extra

IVANA DINIZ MACHADO

Especial para o Estado

BRASÍLIA – O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Lucas Moreira Neves, solicitou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma solução para o impasse provocado pelo Conselho Nacional de Educação, que orientou as escolas públicas a ministrar aulas de ensino religioso em horários especiais.

O Conselho Nacional de Educação está apenas obedecendo ao que determina a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), de dezembro de 1997, mas a CNBB acredita

que obrigar alunos e professores a fazer hora extra nas escolas tornará inviável o ensino religioso.

De acordo com o vice-presidente da CNBB, d. Jayme Chemello, o presidente “foi receptivo” e deverá ser marcada para a próxima semana uma audiência entre o secretário-geral da entidade, dom Raymundo Damasceno de Assis, e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

A batalha entre o Governo e a Igreja em relação ao tema começou no ano passado, quando a LDB, sancionada em janeiro de 97 pelo presidente, manteve a expressão “sem ônus para os cofres públicos”, referindo-se ao ensino religioso na rede pública. Isso significava que a Igreja

ja seria responsável pelo pagamento dos professores. O impasse foi contornado e o Estado voltou a arcar com os custos da disciplina, mas ainda existem seqüelas da “briga”: em São Paulo, a Secretaria Estadual de Educação até hoje não acertou o pagamento das aulas de ensino religioso nas escolas.

O bispo de Jales, em São Paulo, d. Demétrio Valentim, poderá anunciar hoje, na CNBB, a campanha emergencial SOS Roraima, em solidariedade às vítimas dos incêndios registrado no Estado. A Igreja quer arrecadar fundos no Brasil e no exterior. A lentidão do governo em atender as vítimas do desastre ecológico desgosta a Igreja.

IGREJA QUER
ARRECADAR
RECURSOS PARA
RORAIMA